



# REVISTA DO SESCONRS

ANO XI | Nº 76 | JUNHO DE 2016



## **Novo Governo, velhos problemas**

Michel Temer assume  
presidência interina

PÁG. 12

### **ENTREVISTA**

Mansueto de Almeida Jr. – Secretário  
de Acompanhamento Econômico

PÁG. 6

### **NEGÓCIOS**

Comunicação  
em meio à crise

PÁG. 8

### **OPINIÃO**

Impeachment,  
por Eduardo Carrion

PÁG. 16



## IMPORTE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS DIRETO DA RECEITA FEDERAL SEM INTERVENÇÃO MANUAL COM O **BUSCA NF-e.**

Importe Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) direto da Receita Federal de maneira totalmente automatizada e torne a escrituração fiscal mais rápida e segura. O Busca NF-e consulta, baixa e transfere para o Domínio Contábil Plus todas as Notas Fiscais Eletrônicas de entrada dos seus clientes.

Para mais informações entre em contato conosco:  
**0800 645 4004** - [www.dominiosistemas.com.br](http://www.dominiosistemas.com.br)



## EXPEDIENTE

### DIRETORIA - TITULARES

#### Presidente:

Diogo Ferri Chamun

#### Vice-Presidente:

José Tadeu Jacoby

#### Diretor Adm:

Valdir Ferreira Rodrigues

#### Vice-Diretor Adm:

Maria Onira Colissi

#### Diretor Financeiro:

Maurício Gatti

#### Vice-Diretor Financeiro:

Eduardo Sinigaglia

#### Diretor de Relações do Trabalho:

José Roberto Santos Pires

#### Diretor de Assuntos Legislativos:

Célio Luiz Levandovski

#### Diretor de Eventos:

Flávio Dondoni Jr.

#### Diretor de TI:

Flávio Duarte Ribeiro Jr.

#### Vice-Presidente Regiões:

Região Taquari: Jandir Dickel

Região Central: Leono Pacheco de Oliveira

Região Vale dos Sinos:

Maria do Socorro da Cruz Bittencourt

Região da Produção: Gilberto Zanin de Souza

### SUPLENTES

Celso Luft | Marice Fronchetti | João Batista Custódio Duarte | Lucia Elena da Motta Haas | Paulo Ricardo Maia | Marcelo Alexandre Vidal | Jéssica Benetti de Oliveira | Ana Paula Mocellin Queiroz | Carlos Zenon Koch da Silva

### CONSELHO FISCAL - TITULARES

Rogério Costa Rockembach | Jorge Luiz Bersch | Joaquim Vaz Godinho

### SUPLENTES

Tassiro Astrogildo Fracasso | Inelva Fátima Lodi | Alexandre Sehn

### DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FECOMÉRCIO:

### TITULARES

Diogo Ferri Chamun  
Jaime Gründler Sobrinho

### SUPLENTES

Célio Luiz Levandovski  
Valdir Ferreira Rodrigues

### CONSELHO EDITORIAL

Antonio Carlos Nasi | Diogo Chamun | Flávio Dondoni Jr. | Flávio Obino Filho | Jackes Heck | Jaime Gründler Sobrinho | José Roberto Santos Pires | Jussara Corrêa Maurício Gatti | Nelson Dutra | Valdir Ferreira Rodrigues

### PRODUÇÃO

Office Press Comunicação | (51) 3325.6061  
www.officepress.com.br  
office@officepress.com.br  
Editor Responsável: Guto Moisés (Fenaj 6543/RS)  
Redação: Marina Schmidt  
Revisão: Press Revisão  
Projeto Gráfico: Verdi Design  
Diagramação: PenseDesign  
Fotos: Arquivo SESCON-RS e Agência Office Press

# Índice

## JUN/2016

- 04 PALAVRA DO PRESIDENTE**  
É Hora da Agenda Positiva
- 05 GESTÃO PÚBLICA EFICAZ**  
O legado dos Jogos Olímpicos
- 06 ENTREVISTA**  
Mansueto de Almeida Jr.
- 08 NEGÓCIOS**  
Comunicação em meio à crise
- 10 COMPORTAMENTO**  
A expansão da cerveja artesanal
- 12 CAPA**  
Um novo Governo, velhos problemas
- 16 OPINIÃO**  
Impeachment, situação de excepcionalidade
- 17 ATUALIDADES**  
Receita irá monitorar imóveis em tempo real
- 18 AÇÕES SESCON-RS**  
Imposto de Renda à causas sociais
- 20 CAPACITAÇÃO**  
Alinhamento ao padrão mundial
- 21 CONVÊNIOS**  
Registro de marcas
- 22 PONTO DE VISTA**  
Luís Augusto Fischer



**Alçado, interinamente, ao poder, Michel Temer (PMDB) aporta forças na equipe econômica e busca apoio para seguir no comando do País até 2018**

# É hora da agenda positiva

O Brasil mudou seu principal mandatário. A então presidente Dilma Rousseff foi afastada temporariamente, após o Senado admitir o processo de impeachment. O SESCOB-RS, que sempre se posicionou em prol de mudanças no cenário político, tem uma pauta propositiva e acredita que a agenda positiva possa ser a alternativa no curto prazo para modificar o ambiente desfavorável.

A primeira solução é tirar da pauta a possibilidade de novos impostos ou ampliação de alíquotas já existentes. Mesmo com a troca de governo, o assunto CPMF continua circulando nos bastidores. O ministro Meirelles e a nova equipe econômica não podem levar em frente essa ideia, que já era um erro no Governo Dilma. Além disso, precisamos que Michel Temer também seja cirúrgico na condução dos segundo e terceiro escalões dos órgãos, visto que nesse patamar da administração é que deve se encontrar os profissionais com muita capacidade técnica. Nessa camada administrativa não podemos ter políticos, mas sim gente com muito conhecimento científico.

Precisamos de credibilidade para a política econômica, reformas estruturais e nova filosofia na administração pública.

A política de juros pode ser atenuada pela construção da credibilidade. Medidas de política econômica que gerem equilíbrio fiscal e confiança são fundamentais para que não haja aumento de impostos. Não apenas a atuação do Ministério Fazenda, mas também a do Planejamento e Orçamento (agora com o BNDES).

No que diz respeito às reformas, precisamos avançar com o processo de mudança na Previdência e nas relações trabalhistas, além de buscar uma maior simplificação tributária. Quanto à administração pública, é indispensável uma maior profissionalização das funções e uma revisão nos cargos de confiança (CC's).

Essas propostas são perfeitamente exequíveis. O SESCOB-RS, enquanto entidade de classe empresarial, volta a acreditar que é possível retomar o crescimento do país, desde que uma coalização sem interesses minoritários passe a valer desde já. A visão deve ser sistêmica, do todo. Devemos pensar para 200 milhões e não para a conveniência de apenas uma facção política.

Nós continuamos com uma visão positiva do futuro, embora os indicadores socioeconômicos ainda apontem



**DIOGO CHAMUN**

uma nação enfraquecida pelos desvios e má gestão ocorrida ao longo dos últimos anos. Vamos olhar para frente e em busca de soluções. Se quem estiver no governo realmente se importar com as mudanças necessárias para o país, terá o amplo apoio de nossa entidade.

DIOGO CHAMUN  
Presidente do SESCOB-RS

# O legado dos Jogos Olímpicos do Rio 2016

**Quando as primeiras disputas dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro começarem, em agosto deste ano, terão se passado quase sete anos do anúncio da capital carioca como sede das Olimpíadas. De lá para cá, o Brasil viveu a reversão das expectativas econômicas e enfrentou uma severa crise institucional, que culminou com o afastamento da presidente Dilma Rousseff. Tudo isso em meio à preparação do maior torneio esportivo do mundo.**

O cenário conturbado, no entanto, não interrompeu investimentos, tampouco a preparação dos atletas. Na reta final, o empenho ganha um pouco mais de ênfase diante da expectativa de que, ao menos no esporte, o país se projete de forma mais positiva para o mundo.

Medalhista de prata com a seleção brasileira de vôlei nos Jogos Olímpicos Los Angeles 1984, Marcus Vinicius Freire, participa desse processo como diretor-executivo de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil (COB) desde o início. “O planejamento do Comitê Olímpico do Brasil vem sendo colocado em prática desde 2009, portanto a situação atual do país não afeta a preparação dos atletas”, avalia. O COB investe na preparação da equipe brasileira, mantendo, ao longo desse período, a programação para capacitar e preparar nossos atletas.

“Costumo dizer que nossa maior vitória nestes últimos anos, desde que ganhamos o direito de ser sede dos Jogos Olímpicos de 2016, foi o alinhamento do pensamento”, incita Freire. “Conseguimos trazer para a mesma mesa, com investimentos

para o mesmo direcionamento, Ministério do Esporte, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Defesa, Confederações Brasileiras Olímpicas e patrocinadores. Estamos todos juntos para realizarmos a melhor campanha possível nos Jogos Olímpicos Rio 2016.”

Essa articulação assegura aos esportistas a melhor preparação possível, “como os melhores do mundo, começando pelo treinador, brasileiro ou estrangeiro, utilização das ciências do esporte, local de treinamento, número de viagens de intercâmbio, de competições, equipamentos de última geração”, elenca.

“Tenho a convicção de que o esporte brasileiro nunca mais será o mesmo após os investimentos feitos para os Jogos Olímpicos Rio 2016”, frisa o medalhista. Mas você sabe, de fato, como está sendo feito esse investimento? Segundo dados do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, a estimativa é de que o custo total supere os R\$ 39 bilhões, volume de recursos que foi estudado, com exclusividade para o SESCOBR, por um grupo de pesquisadores da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da PUCRS.

De acordo com o relatório, o orçamento total se divide entre estruturas, legado e comitê organizador. A maior parte dos recursos (R\$ 24,6 bilhões) está sendo aplicado em obras de legado, aplicados integralmente pelo poder público. As despesas relativas ao comitê organizador estão projetadas em R\$ 7,4 bilhões, advindos exclusivamente da iniciativa privada. A aplicação de investimentos



**MARCUS VINICIUS FREIRE**

em estruturas envolve tanto recursos públicos como privados e soma mais de R\$ 7 bilhões.

“Estamos vindo em uma crescente: em 2002, nós tivemos o Sul-Americano; em 2007, nós trouxemos o Pan, e o esporte brasileiro já subiu de patamar. Em 2009, ganhamos o direito de trazer os Jogos Olímpicos, e melhorou ainda mais. Agora, em 2016, nós estamos no auge, de financiamento, público e privado, de ação dos patrocinadores, de interesse da imprensa, de conhecimento do público”, descreve Freire. É a oportunidade de ouro para consolidar o aporte financeiro em estímulo ao esporte, projeta. “Esperamos que o nível de investimento seja mantido para que nos Jogos subsequentes possamos continuar colocando as ações em prática para desenvolver o esporte olímpico brasileiro e mantê-lo num patamar elevado.”

O COB pretende colocar o Brasil entre os 10 países com o maior número de medalhas nos Jogos Olímpicos Rio 2016, independentemente da cor da medalha. “Cabe ressaltar que o Brasil ficou na 16ª colocação pelo total de medalhas em Londres 2012, com 17 conquistas, recorde do Brasil”, salienta o diretor-executivo da entidade. “Teoricamente 2016 é o auge disso tudo. Então temos que aproveitar realmente essa curva ascendente para continuar fazendo o esporte bem feito no Brasil.”

# “Vocês sabem que não há mágica”

**Economista e autor do artigo “Ajuste Inevitável”, Mansueto de Almeida Júnior foi convidado pelo Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, para atuar como Secretário de Acompanhamento Econômico. Ele assume a responsabilidade de acompanhar e analisar as despesas públicas, com ênfase no diagnóstico que irá fundamentar as medidas que serão tomadas pela equipe econômica do governo Michael Temer. Na entrevista a seguir Mansueto fala de gastos públicos, previdência, carga tributária e faz uma análise do cenário econômico.**

O senhor entra em um Governo com uma posição pública sobre a necessidade de ajuste fiscal. Como será sua crítica dentro do Governo?

Depois de muito refletir, aceitei encarar o desafio de participar com a nova equipe econômica do Ministério da Fazenda. O desafio é enorme, mas a correção desses desequilíbrios começará agora no governo do presidente Temer. Prometo trabalhar duro com meus colegas do Ministério da Fazenda sob o comando do Ministro Henrique Meirelles. Importante destacar que o não ajuste deixou de ser opção dada a gravidade da situação atual e a trajetória preocupante de crescimento da dívida pública (% do PIB). Não há como empurrar o problema com a barriga. Chegou a hora do teste de maturidade da sociedade brasileira para, através de um debate político, transparente e aberto, decidirmos como faremos o ajuste fiscal. Não há tempo a perder. É preciso recuperar a confiança dos investidores,

o investimento e a esperança de nós brasileiros. O presidente interino começou o seu governo deixando muito clara a necessidade uma pauta difícil de reformas para que o Brasil consiga fazer o ajuste fiscal e retomar o crescimento da economia.

Qual é sua primeira análise da situação fiscal?

Ainda me surpreende como nós brasileiros fomos lenientes com a formação de um enorme desequilíbrio fiscal do governo anterior, que além de levar a uma queda da economia típica de países em guerra ou com crise bancária, nos deixou um desequilíbrio fiscal imenso para este governo corrigir. Um dos motivos que explica porque muitos demoraram a perceber a crise em gestação foi que o governo escondeu dados de despesa. As pedaladas fiscais, o acúmulo de dívidas não pagas do Tesouro junto aos bancos públicos, foi apenas um dos problemas. A lista dos truques fiscais e da prática extensiva de contabilidade criativa começou já em 2009.

Como será a retomada da economia?

A tarefa do governo é fazer o ajuste fiscal, retomar a agenda de reformas e iniciar a recuperação da economia. Essa é uma agenda necessariamente longa. Não há como em pouco mais de dois anos “desfazer” os sucessivos erros econômicos que começaram em 2008/2009 e foram intensificados no primeiro governo Dilma Rouseff. Mas dois anos é tempo suficiente para se fazer muita



MANSUETO DE ALMEIDA JÚNIOR

coisa e colocar o Brasil de volta nos trilhos. Ao contrário do governo Lula de 2003, que assumiu com o compromisso de fazer um ajuste fiscal de 0,5 ponto do PIB – R\$ 30 bilhões em valores de hoje – o governo do presidente Temer começa com um desequilíbrio fiscal de quase R\$ 600 bilhões (déficit nominal dos últimos 12 meses do setor público) e um buraco fiscal sem a conta de juros de R\$ 140 bilhões (déficit primário dos últimos 12 meses até março pelo Banco Central). O esforço fiscal necessário é muito maior e em circunstâncias muito mais adversas. Mas que fique lição para todos que discursos e ideologia não promovem crescimento.

E quais serão as mudanças para a saída da crise?

Se sairemos ou não da crise dependerá de escolhas nossas como sociedade. O governo pode ajudar neste processo, mas, em uma democracia com 90% do orçamento consumido por despesas obrigatórias, “ajuste fiscal” envolve necessaria-

mente a aprovação de medidas no Congresso Nacional. Há anos falo isso para desespero daqueles que acreditam que existe ajuste fácil ou que tecnocratas sozinhos podem “resolver o problema fiscal”. Não podem. E se a sociedade não quiser fazer ajuste fiscal algum com mudanças de regras como, por exemplo, as regras de acesso a previdência? Neste caso vocês sabem que não há mágica. Se o Brasil não controlar o crescimento do gasto público isso significa que precisaremos de uma carga tributária crescente. Mas se a sociedade não quiser também pagar mais impostos? Bom, se não quisermos controlar o crescimento da despesa e nem aumentar carga tributária para pagar esse crescimento da despesa, o “ajuste” será feito de forma desorganizada pela inflação e com o aprofundamento da crise.

---

**Cabe a nós todos,  
brasileiros, decidirmos  
o que queremos e  
alcançarmos o consenso  
para começar a difícil  
tarefa de recuperação da  
economia brasileira.**

---

**Isto é, o aumento da carga tributária é uma realidade?**

Neste sentido, deixo aqui duas mensagens. Primeiro, o ajuste fiscal é uma agenda do Brasil, se o governo Temer não tiver sucesso, todos nós perderemos. Segundo, o ajuste fiscal passa necessariamente por mudanças que precisarão ser aprovadas no Congresso. No debate político no Congresso Nacional, a sociedade poderá mostrar o que aceita ou o que não aceita e debater detalhes específicos da ampla agenda de reformas. Mas que fique claro para todos que, se não estivermos como sociedade dispostos a revisar regras do crescimento da despesa pública, isso significa que a única forma de se fazer o ajuste e evitar o agravamento da crise fiscal será via aumento da carga tributária. Cabe a nós todos, brasileiros, decidirmos o que queremos e alcançarmos o consenso para começar a difícil tarefa de recuperação da economia brasileira.

**Por certo o não ajuste fiscal contribuiu para um efeito dominó de toda recessão?**

Ao contrário da visão dominante, a crise fiscal não decorre apenas do descontrole das contas públicas nos últimos anos. A crise é mais profunda e requer um ajuste mais severo e estrutural para permitir a retomada do crescimento. Certamente, ocorreu um grave descontrole dos gastos públicos a partir de 2009. Para além dos problemas de curto prazo, porém, existe um desequilíbrio estrutural. Desde 1991, a despesa pública tem crescido a uma taxa maior do que a renda nacional. Diversas normas legais que regulam

as políticas públicas, da concessão de benefícios, como no caso da Previdência, aos recursos alocados em áreas específicas, como saúde e educação, têm como resultado o alto crescimento dos gastos, implicando a necessidade de aumento da carga tributária, onerando a produção e prejudicando a geração de emprego – além de alimentar a ameaça de aguda crise macroeconômica.

**A Previdência é outro tema que preocupa o Governo. Qual é a sua avaliação?**

A aposentadoria média por tempo de contribuição para mulheres ocorre aos 52 anos de idade, e para homens, aos 54 anos – patamares significativamente inferiores aos verificados na grande maioria dos países. Nessas condições, o aumento da expectativa de vida aumenta o período de fruição da aposentadoria, resultando em maiores gastos públicos. Além disso, as normas para diversos benefícios, como a pensão por viuvez, permitem que pessoas jovens se aposentem com renda integral, de forma também bastante distinta da observada em outras nações. Há alguns anos assistimos ao fim do bônus demográfico. O aumento do número de idosos ainda será, nos próximos anos, amenizado pela entrada de jovens no mercado de trabalho. No entanto, os adultos crescem a taxas decrescentes, enquanto os idosos a uma taxa quatro vezes maior – o que dobrará sua participação na população total nos próximos trinta anos. Como cada idoso custa aproximadamente o dobro do que uma criança na escola, o quadro torna-se mais dramático. Ponderada pelo custo de cada grupo, a dinâmica demográfica tem acarretado aumento do gasto público há mais de uma década. O que se economiza com os jovens que entram no mercado de trabalho é mais do que compensado com os gastos crescentes com os adultos que se aposentam, levando à necessidade de novos ajustes fiscais no futuro.

Segundo estimativas oficiais, o gasto do INSS deverá aumentar de 7,14% do PIB, em 2014, para 7,87% em 2018, atingindo 8,67% em 2030 e 12,63% em 2050 – a menos que as regras sejam revistas. A recente aprovação pelo Congresso de mudanças no fator previdenciário e no universo dos beneficiados pela correção do salário mínimo ocasionará um crescimento adicional da despesa da Previdência de pelo menos 0,3 pontos percentuais do PIB de 2019 a 2022, caso a economia cresça 2% ao ano.

# A comunicação em meio à crise

**Nenhuma organização está imune a um evento inesperado que, de uma hora para outra, pode colocar em xeque reputações e marcas. Quando isso acontecer, você sabe o que é preciso e possível fazer? A comunicação corporativa nunca teve tanta importância como neste início do século 21, marcado pela interação instantânea por meio de dispositivos móveis. Em outras palavras, qualquer pessoa repercute uma informação em questão de segundos, independentemente de onde esteja.**

Disseminado, um fato pode alcançar, muitas vezes, abrangência incalculável, dependendo da relevância que demais integrantes da rede dão ao assunto. Nesse cenário, quem tem uma marca a zelar tem que correr mais rápido do que a informação, e, preferencialmente, se antecipar aos fatos para não ter que remediá-los depois.

Dividida em três etapas, a gestão de crise se organiza de modo a atuar na prevenção, no momento da crise, e no pós-crise. Como ficou claro, atuar na primeira dessas esferas é a melhor opção. “O foco deve ser na primeira fase da gestão do risco, que é a que garante mais retorno às empresas”, defende a especialista no tema, Rosângela Florczak, professora titular na ESPM-Sul.

Segundo ela, as organizações relegaram, por muito tempo, a comunicação, mas agora que começam a ser demandadas a partir dos diversos meios de interação, percebem que é necessário se voltar para a questão. O problema é que a atuação ainda

está muito centrada em apagar incêndios do que em mitigá-los.

“Antes, o discurso institucional não era questionado. No atual momento, as organizações ainda estão bastante confusas sobre o que é possível fazer nessa área”, contextualiza. O efeito é que os esforços acabam sendo adotados em face de um evento crítico. “Hoje, já existe uma preocupação com o segundo momento. Quando acontece um fato negativo, corre um executivo para cada lado, monta-se um comitê de crise de última hora, e só então a equipe vai decidir o que fazer, se atende a imprensa ou manda uma nota.”

Sem um alinhamento sobre como será tratada a questão, tudo tem ser que definido no momento crucial do fato, fazendo com que, muitas vezes, as decisões nem sempre sejam as mais adequadas. Seria mais simples pensar na prevenção, mas porque essa etapa é descartada? De acordo com a especialista em comunicação corporativa, em primeiro lugar, as empresas acreditam que não serão atingidas por uma crise de imagem. Outra ideia comum é a de que se houver um fato negativo ele será rapidamente contornado, sem impactar na presença de mercado.

“De fato, a maioria das empresas não vive a realidade de crises, mais vive eventos críticos”, frisa Rosângela. E, longe de ser pessimista, uma certeza plausível é a de que de todas as organizações, de qualquer ramo, estão sujeitas ao impacto negativo. Por vezes, a repercussão pode não ser tão crítica, mas sem uma gestão



ROSÂNGELA FLORCZAK

condizente, a recorrência de problemas ou mesmo um fato mais grave poderão, ou conduzir a situação para um histórico negativo, ou para uma crise maior.

A aviação comercial, a cada acidente, enfrenta o desafio de contornar a crise, mas, em geral, consegue se reerguer depois, lembra Rosângela. Casos de produtos vendidos no varejo, como alimentos ou bebidas que enfrentaram algum problema, também costumam se recuperar. A marca Toddynho é uma que conseguiu se manter no mercado mesmo após passar pelo recall de um lote que não deveria ter sido disponibilizado para o consumo. O mesmo, por outro lado, não ocorreu com a linha Ades, ressaltava Rosângela. “Eles não conseguiram se reposicionar depois da crise.” A empresa havia determinado, em 2013, o recolhimento de um lote impróprio de suco de maçã, mas pouco tempo depois, já com o produto liberado para o consumo, as bebidas da marca ficavam encalhadas nas prateleiras.





BRUNO SOARES

## RESPONSABILIDADE E AGILIDADE

Diante de todo esse contexto e sabendo que qualquer organização, independentemente do porte, está sujeita à problemas, qual é a melhor forma de agir aplicando o conceito da prevenção? A opção mais adequada, especialmente aos segmentos mais sujeitos às crises, é ter uma equipe multidisciplinar para mapear riscos e estabelecer planos de contingência.

É importante observar que mesmo prestadores de serviços administrativos podem enfrentar esse desafio, mesmo quando vinculado a atuação de seus empregados ou até mesmo de clientes. Um exemplo, atual, é o das operações de combate à corrupção em várias instâncias, que têm atingido tanto o poder público quanto as organizações privadas. O caminho do dinheiro, nesses casos, leva a prestadores de serviços em alguns casos, como contadores. E, nessa hi-

pótese, como defender a sua marca e a idoneidade da sua empresa?

A partir dessa reflexão é que devem ser ponderados os possíveis riscos e as respostas a serem dadas a partir do fato. É disso que se trata a prevenção, e, em melhor ou menor grau, todas as empresas podem criar protocolos prevendo riscos aos quais estão expostas. O ideal, claro, é que se invista em comunicação corporativa com uma equipe dedicada a gerenciar crises e, preferencialmente, composta por comunicadores, advogados e quadros técnicos da área.

Isso é sinal de posicionamento adequado? Nem sempre. Isso porque nem mesmo em face das posições mais bem elaboradas e estudadas por uma equipe qualificada para isso, a decisão final sobre como agir ainda é do detentor do negócio. A professora Rosângela Florczak, por exemplo, defende que as organizações, diante de um evento negativo, devem se posicionar prontamente, ainda na primeira hora após a ocorrência, a chamada “Golden hour”. Segundo estudiosos do tema, esse é o período crítico em que, ou o alvo da situação se torna fonte pública, ou outros atores interessados na questão passam a falar sobre o problema.

Outro exemplo é o recente episódio envolvendo a empresa Samarco, que enfrenta ainda uma grave crise de imagem, deflagrada em novembro de 2015, por conta do rompimento de barragens de rejeitos na cidade mineira de Mariana. Rosângela argumenta que a Vale, parceira da Samarco, demorou a se posicionar diante do ocorrido. “Se mostrar como vítima é sempre a pior opção”, repreende. “A Vale tem uma estrutura de comunicação muito boa, com profissionais excelentes”, ressalta. Nem isso garantiu uma ação condizente com o tamanho da crise.

“Ao assumir a responsabilidade sobre o fato não necessariamente está assumindo culpa”, explica. E a Vale, demonstra, demorou muito tempo para assumir responsabilidade. “As duas empresas, desde o início omitiram o número de vítimas, o tempo todo disseram que poderiam ser encontradas vivas, enfim, não foram transparentes”, avalia. “Ficou para mim que estavam com receio de assumir uma culpa, mas depois ficou evidente a responsabilidade da Vale e da Samarco.”

Bruno Soares, diretor da consultoria global FTI Consulting, afirma que “mesmo que as companhias tenham a cautela de contar com um departamento especializado em gerenciamento de crise, nem todas as organizações estão prontas para lidar com centenas de jornalistas esperando uma declaração”. Soma-se a isso, o “furor da opinião pública, hoje composta também por milhões de usuários da internet espalhados pelas diversas mídias sociais que divulgam as notícias.”

E o valor para as organizações, destaca Soares, é evidente: proteger a marca, reputação e valor da organização; demonstrar o comando da situação por meio de uma comunicação ativa; certificar-se da veracidade dos fatos por meio da cobertura da mídia; engajamento com stakeholders, para manter a credibilidade e fortalecer o relacionamento; reduzir possíveis consequências legais e políticas e certificar-se da continuidade dos negócios. “Porém, dois fatores que mais prejudicam o bom andamento desse processo, que visa diminuir os impactos de uma crise, são a lentidão das empresas em tomar iniciativas para investir e se comunicar e a tentativa de mascarar a verdade dos fatos”, sustenta o consultor.

# A arte cervejeira em expansão

**Cada vez mais sofisticada, a cerveja se aprimora com a expansão das microcervejarias brasileiras, setor que tem um profissional da contabilidade como grande articulador de avanço.**

Aliar uma paixão à atuação profissional se tornou uma realidade para o advogado e contador porto-alegrense Jorge Gitzler no início dos anos 2000, quando o apreço pela cerveja virou área de especialização do profissional. Mais de 15 anos depois, atuando agora também como presidente da Associação Brasileira de Cerveja Artesanal (Abracerva), ele batalha para melhorar o promissor ambiente de negócios da área, que cresce a olhos vistos.

Nos bairros boêmios da Capital, as lojas especializadas em cervejas especiais demonstram o quanto avança o interesse dos brasileiros pelos produtos que são desenvolvidos por mestres cervejeiros dispostos a valorizar os ingredientes nacionais mais requintados. São toques próprios de um alquimista, que cuidadosamente equilibram sabores e aromas únicos. É nesse contexto que o segmento ganha visibilidade mundial.

A principal distinção da cerveja comum para a artesanal é o sabor, contextualiza Gitzler. “Hoje é muito comum o uso de ingredientes tipicamente brasileiros. O Dado Beer usa erva-mate, a Coruja tem uma cerveja com Pitanga, tem um pessoal no Centro-Oeste que só faz cerveja com frutos do cerrado, no Norte tem os que fazem com frutos da Amazônia e assim os sabores vão sendo criados”,

elena.

Outro ponto é que a microcervejaria abre um canal diferenciado de relação como consumidor, muito mais próximo. “Há uma grande proximidade com o mestre cervejeiro pelo interesse compartilhado”, acrescenta o contador. “O mundo da cerveja é infinito. Você desenvolve a bebida misturando tipos de água, malte, lúpulo e acrescentando outros ingredientes como frutos e até outras bebidas.” Tudo é feito de forma criteriosa, dentro de padrões e técnicas, para garantir a exclusividade e o sabor desejado.

Esse movimento está consolidando a produção nacional da bebida artesanal. “Estamos iniciando uma possível escola cervejeira brasileira”, sinaliza Gitzler. Ele exemplifica que, internacionalmente, o Brasil tem participado de todas as competições e tem se saído muito bem no geral. “Nos últimos cinco anos o País obteve mais de mil medalhas em concursos internacionais”, destaca, acrescentando que “o Brasil hoje é reconhecido como um grande produtor de cerveja artesanal”.

O produto de qualidade produzido pelos mestres-cervejeiros brasileiros têm garantido um espaço que tem tudo para crescer. Atualmente, o segmento representa uma fatia de 1% do mercado de cerveja no País. “Produzimos uma cerveja artesanal de excelente qualidade, e queremos atingir, no curto e médio prazo, 5% desse mercado.”

Se depender do número de pessoas que se dedica à atividade, o in-



JORGE GITZLER

tento tem tudo para dar certo. Dados recentes trazidos pelo presidente da Abracerva calculam 397 microcervejarias atuando no Brasil (quando você estiver lendo esta matéria a quantidade, provavelmente, já terá superado a marca de 400 empreendimentos). “Há 40 dias, eram 320 microcervejarias. Em tão pouco tempo saltamos para 397”, ressalta sobre a expansão de quase 25% em novos negócios.

“Hoje se produz 5254 variedades de cervejas distribuídas em 80 estilos distintos”, enfatiza a respeito de mais um dado surpreendente sobre um universo com potencial criativo imenso. E para Gitzler não há porque não pensar em uma projeção maior do País no segmento. “Os Estados Unidos têm 4 mil microcervejarias, então, temos muito a avançar ainda. O Brasil é um país cervejeiro, tem clima e é um país com um grande mercado. Já somos o terceiro maior produtor de cerveja do mundo em volume, isso inclui as grandes empresas.”

## DO HOBBY À ESPECIALIZAÇÃO

O interesse pela cerveja surgiu como um passatempo, que levou contador Jorge Gitzler a fazer cursos e viajar o mundo para compreender o universo da produção cervejeira. “Começou como um hobby”, reconhece.

Esse envolvimento foi ganhando espaço na atuação do profissional na medida em que se deparava com dificuldades que o setor ainda enfrenta para avançar. “Acabei me tornando especialista em tributação de cervejas e contabilidade de cervejarias”, conta.

Defensor de maior estímulo ao segmento, o presidente da Abracerva é um dos poucos especialistas no ramo. “Há carência de profissionais especializados nesse setor, que tem características próprias, de fabricações, legislação, tributação”, sublinha.

Com uma carga tributária elevada, as empresas do ramo lutam pela sobrevivência. O impacto tributário nos negócios desse setor abocanha 60% do faturamento. “É impossível a pessoa que fabrica 10 mil litros de cerveja por mês deixar 6 mil litros no caixa do governo. Não tem como um negócio sobreviver desse jeito, porque a conta não fecha.”

O pleito é obter o enquadramento tributário justo. “Algo que seja viável dentro da capacidade contributiva da empresa, do tipo de negócio”, argumenta. O desafio do ramo microcervejeiro é que a cobrança tributária é a mesma que afeta as maiores organizações da área. “Uma coisa é tributar grandes empresas do ramo, que são bastante distintas das artesanais”, compara Gitzler.

Os grandes empresários ganham em quantidade, eficiência e na margem de compra de matéria-prima. “Nós vendemos em menor quantia e comprando em poucas quantidades”, sinaliza. “O governo tem que olhar para isso”, sustenta. Esse olhar pode abrir espaço para a produção de uma receita.

“Ao estimular o segmento não se está abrindo mão da receita. Pelo contrário”, certifica. A expansão do setor ainda tem muitos passos a seguir, mas é na qualidade que ele deve se consolidar, provando que o consumidor tem muito a ganhar. As pequenas indústrias que produzem cerveja e chope, usando produtos com teor de malte não inferior a 80%, ingredientes especiais e seguindo receitas tradicionais.



# Um novo Governo, velhos problemas

**Depois de um primeiro quadrimestre que teve como questão central a admissibilidade do processo de impedimento, o País se vê diante de um novo momento: o início do governo interino de Michel Temer, que assumiu a Presidência da República em 12 de maio. Foi o dia em que o Brasil amanheceu com um presidente e adormeceu com outro.**

No intervalo de poucas horas, Dilma foi notificada sobre o afastamento por até 180 dias da presidência (enquanto o processo de impedimento é julgado), Temer foi comunicado do novo cargo e novos ministros assumiram o comando de pastas que foram rapidamente reordenadas. O primeiro ato de Temer foi reduzir o número de ministérios, que passaram de 32 para 24. Depois, começaram as sinalizações sobre as ações no campo econômico. Mas as expectativas com o cenário turbulento continuam atraindo atenção e o principal questionamento é: o que o governo interino conseguirá fazer nos seis primeiros meses de gestão?

## PADILHA É O NOME FORTE DO GOVERNO

O primeiro escalão do governo conta com 24 ministros, entre eles o que ocupa o cargo mais próximo do presidente interino é Eliseu Padilha (PMDB-RS), novo ministro da Casa Civil. Nascido em Canela, na Serra Gaúcha, em 23 de dezembro de 1945,

Padilha pode ser considerado o nome forte do governo. As atribuições do cargo contemplam, principalmente, o assessoramento do chefe do Executivo e a coordenação de ações da presidência junto às demais pastas.

Reconhecido pela capacidade de articulação política, Padilha está no PMDB desde 1966 (época do antigo MDB), e tem desde o início do governo interino usado a experiência para buscar o fortalecimento da equipe de governo em meio às disputas que, obviamente, não se dissiparam com o afastamento de Dilma Rousseff.

“Temos convicção de que vamos fazer um trabalho que vai nos assegurar que o governo que hoje é provisório vai se tornar definitivo antes dos 180 dias”, admitiu na primeira coletiva à imprensa. “Isso será fruto do que vamos mostrar à sociedade”, acrescentou.

Essa é a sustentação que subsidia o anúncio das decisões preliminares da gestão provisória. O governo de Temer defendeu, de imediato, o corte de cargos comissionados e se comprometeu em avançar com a reforma da Previdência, por exemplo.

Padilha, que tem sido um braço forte ao lado de Temer há meses, tem se posicionado com robustez mesmo diante das críticas que medidas anti-populares podem gerar. Frisando que as ações têm sido impostas pela conjuntura, tem lançado um olhar realista ao momento enfrentado pelo país. “Entre a realidade e a versão da luta política, como é o caso, às vezes há

uma distância muito grande.”

## REFORMAS JÁ COMEÇAM A SER DISCUTIDAS

Menos de uma semana depois de empossado, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, se reuniu com representantes das centrais sindicais e do governo federal para conduzir o primeiro encontro do grupo de trabalho criado pelo presidente em exercício para discutir a reforma da Previdência Social. É sob a coordenação da Casa Civil que o trabalho do colegiado será coordenado.

O ministro assegurou que as mudanças na Previdência não irão afetar em direitos já adquiridos. “O que queremos discutir é o que virá adiante. Não vamos inventar”, garantiu. “Quem tem expectativa de direito, na proporção da consolidação dessas expectativas teremos também, na inversa proporção, um período de transição. Direitos adquiridos não se mexe”, reafirmou.

Segundo Padilha, uma possibilidade é “trabalhar nas expectativas de direito ou nos direitos em construção”. “É um processo de transição”, sublinhou. A mesma posição é defendida em relação aos direitos dos trabalhadores. Sinalizando que ainda não se discute, nesse primeiro momento, sobre uma reforma trabalhista, ele pontuou que a questão poderá ser debatida após avançarem as tratati-

vas sobre a questão previdenciária.

“Neste momento, ficou definido que a prioridade vai ser a discussão da reforma previdenciária e vamos estabelecer um cronograma com reuniões com os representantes dos trabalhadores para coletar os subsídios e as informações. Vamos propor a reforma trabalhista somente após a definição da reforma previdenciária”, concluiu.

## CONGRESSO DÁ SINAL POSITIVO

Quase duas semanas depois do início da gestão interina de Michel Temer, o governo enfrentou o primeiro desafio junto ao Congresso: a aprovação da nova meta fiscal para 2016. O projeto de revisão do resultado financeiro prevê um déficit de R\$ 170,5 bilhões, e era considerado pela equipe do Executivo como um teste às relações com o Legislativo.

Descrita pelo presidente interino como uma necessidade fundamental para dar sustentação às demais me-

das do governo, a meta fiscal é superior à prevista em março pela presidente Dilma Rousseff, que projetava fechar o ano com resultado primário negativo em R\$ 96,6 bilhões.

De acordo com a equipe de Temer, o volume foi revisto diante das dificuldades econômicas do País. Com a queda na arrecadação e a previsão de que o Produto Interno Bruto (PIB) sofra uma queda de 3,8% neste ano, o governo interino argumentou que a máquina pública ficaria parada sem a aprovação da nova meta.

Foi a partir dessas argumentações que se deram as articulações políticas com o Congresso nos primeiros dias do governo interino, que surtiram o resultado esperado. Os parlamentares responderam ao chamado e aprovaram a nova meta fiscal após uma sessão que durou mais de 16 horas. Temer classificou a aprovação como uma “bela vitória”. A sinalização é de que base do governo no Legislativo tem força para vencer a base da oposição, o que dá indícios de que as medidas projetadas possam ser, também, aprovadas.

O posicionamento positivo do Legislativo deve dar sustentação, ainda, às primeiras medidas estabelecidas pelo governo para recuperar a economia. “Nós temos uma tarefa, uma missão, que é fazer com que o País caminhe nas metas do crescimento econômico, da harmonia e da pacificação social”, disse Temer durante o anúncio das medidas.

Além da reforma da Previdência que já está sendo conduzida pela Casa Civil junto às representações sindicais, o presidente interino limitou os gastos do governo federal e anunciou, ainda, o uso de R\$ 2 bilhões disponíveis no Fundo Soberano para cobrir déficit público, o resgate de R\$ 100 bilhões junto ao BNDES e uma nova lei das estatais.

O montante que virá do BNDES se refere a créditos que o Tesouro Nacional tem junto ao órgão. Desde 2009, o Tesouro repassou créditos que somam R\$ 500 bilhões ao BNDES. Agora, o governo pretende resgatar R\$ 100 bilhões, retorno que será feito em etapas. A intenção do Executivo é recuperar, neste momento, R\$ 40 bilhões.



TEMER E SEUS MINISTROS: PADILHA, CASA CÍVIL (E) E HENRIQUE MEIRELLES, DA FAZENDA (D)

“Isso implicará em uma economia da ordem de R\$ 7 bilhões no ano para o Tesouro Nacional. Fechada a concepção jurídica de que não há nenhuma hipótese de irregularidade, já estamos com isso fechado com o BNDES”, detalhou Temer.

Sobre o limite dos gastos, a intenção do Executivo é encaminhar ao Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) definindo que o governo não poderá registrar aumentos reais dos gastos públicos (acima da inflação). “De 1997 a 2015, o gasto primário do governo federal se deslocou de 14% para 19% do PIB. O que mostra que as despesas do setor público se encontram em uma trajetória insustentável”, argumentou o presidente interino.

Segundo Temer, essa medida garantirá sustentabilidade às contas públicas. “A limitação parece ser a melhor forma de conciliar uma meta para o crescimento da despesa primária do governo central e permitir que o Congresso Nacional continue com liberdade absoluta para definir a composição do gasto público.”

Criado em 2008 para preservação das sobras de superávits primários

e saldos dos royalties do petróleo, o Fundo Soberano tem, atualmente, um volume de R\$ 2 bilhões depositados. O governo propôs a extinção dessa reserva, que, segundo Temer, “é uma coisa paralisada”. “Vamos, talvez, extinguir esse fundo e trazer esses R\$ 2 bilhões para cobrir o endividamento do país.”

O projeto que trata dos fundos de pensão e estatais, conhecido como lei das estatais, e que já foi aprovado no Senado e ainda depende de aprovação na Câmara dos Deputados, é outra prioridade. “O projeto visa introduzir critérios rígidos para nomeação de dirigentes dos fundos e das empresas estatais”, descreveu Temer. “É uma regra tecnicamente correta, porque teremos a meritocracia funcionando. As pessoas que vão para esses fundos serão tecnicamente preparadas”, acrescentou.

De acordo com o presidente interino essas são regras que preparam o País para o futuro. “Estabelecem um mecanismo que implicará na alocação eficiente de centenas de bilhões de reais dessas instituições. Se houver concordância do Executivo e do Legislativo, devemos levar esse projeto adiante.”

## MERCADO AINDA ESTÁ CAUTELOSO

Em um primeiro momento o mercado econômico viu com bons olhos a entrada do governo interino. Mas, com os pés no chão, analistas e investidores reconhecem que por trás das boas intenções e da equipe econômica, que foi bem recebida, há a necessidade de que as medidas necessárias para corrigir o curso da economia sejam aprovadas no Legislativo.

Ainda que se sobressaia o apoio político à gestão de Temer, decisões antipopulares podem encontrar resistência a serem validadas. Sobretudo em um período de grande pressão popular aos parlamentares e com a formatação de eleições ainda neste ano.

“O mercado recebeu bem o governo interino acreditando na possibilidade de que ele viesse sem comprometimento de buscar algum tipo de manobra populista, já que não teria interesse na reeleição. E assim disposto a colocar a economia nos eixos, escolhendo para cargos dessa área pessoas com conhecimento técnico e não por indicação política”, sustenta



**PROJETOS DO GOVERNO PASSAM, NECESSARIAMENTE, PELA APROVAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL**



FOTO: HENRIQUE KELLER

### ALEXANDRE WOLWACZ

Alexandre Wolwacz, sócio-fundador do Grupo L&S, um conglomerado de empresas com atuação no mercado financeiro.

Nesse sentido, algumas indicações feitas pelo atual governo vieram ao encontro do que o mercado queria, como a do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn. “Os investidores, principalmente, estrangeiros, entendem essas indicações como muito importantes para que o governo consiga controlar a questão econômica.”

Isso já trouxe uma tranquilidade muito maior para o investidor estrangeiro, garante Wolwacz. “O problema é que os desafios que o governo tem para os próximos 180 dias não são pequenos”, frisa. “A gente tem realmente um importante déficit no nosso orçamento e precisaríamos fazer um ajuste fiscal muitíssimo forte”, acrescenta.

Quando o mercado fala em ajuste fiscal está sinalizando que o governo deve gastar menos do que arrecada, e isso significa cortar violentamente gastos ou aumentar de alguma maneira a arrecadação. “Aumentar a arrecadação se faz de duas formas ou aumenta os tributos ou faz com que a economia cresça para ampliar o PIB”, descreve. “Obviamente, não existe espaço para aumentar impostos no Brasil no momento. Então, o mercado espera que o governo faça um forte corte nos gastos públicos.”

Agora, as atenções estão voltadas para ver se o governo Temer está indo nessa direção ou não. “Esperamos como vai ser o comportamento da taxa de juros nesse cenário, se o governo virá com a mentalidade de forçar a taxa de juros para baixo, para tentar de alguma maneira estimular a economia ou se vamos deixar que a própria economia diga qual é a taxa

está obtendo o que espera.”

De acordo com o sócio-fundador do Grupo L&S é possível avançar nas perspectivas, com um olhar para 2018, “A gente pode e deve utilizar paralelos em relação a uma situação bastante similar que tivemos no passado que foi o impeachment do Collor: tivemos a entrada do Itamar, que conseguiu montar um governo focado em meritocracia e focado em escolher as pessoas certas para cada área”, compara. “Isso acabou produzindo um resultado muito bom no período que ele teve, inclusive, colocando o Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda que acabou sendo eleito na eleição seguinte.”

É com base nesse paralelo que o mercado observa a gestão Temer. “Se o governo Temer conseguir resolver ou diminuir o tamanho da crise que vivenciamos, este governo passará a ser visto com bons olhos pela população e automaticamente alguém de dentro do atual governo Temer poderá ser o candidato mais forte para 2018. Esse seria o cenário mais claro que teria até um precedente histórico.”

Um nome que pode se sobressair, aponta, é o do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. “Se ele conseguir diminuir a taxa de desemprego, combater a inflação e trazer o país de volta para uma trajetória positiva não seria surpreendente que o próprio nome dele fosse cotado para 2018, seria algo até bastante razoável porque a população veria ele com bons olhos.”

Daqui até 2018, o Brasil ainda enfrentará uma situação econômica que não é fácil. “Temos um gigantesco déficit, temos gastos que não produzirão nenhum tipo de retorno imediato, como os da Olimpíada agora, e ao mesmo tempo vamos ter que produzir cortes, que irão gerar desconforto na população”, pondera.

mais sensata.”

Com a entrada do governo interino, o mercado estabeleceu algumas expectativas daquilo que considera as medidas econômicas mais adequadas para estabilizar a crise que o País enfrenta: “controlar a inflação mas ao mesmo tempo trazer a economia brasileira para um novo tipo de desenvolvimento”, descreve Wolwacz.

O analista cita, porém, que houve certa frustração. “Enquanto em algumas áreas realmente a resposta foi colocar pessoas técnicas e adequadas para conduzir com suas funções, em outras áreas observamos que foi algo mais fisiológico, para acomodar amigos que não estavam nem mesmo habilitados para trabalhar nas funções. A resposta não foi aquela plenamente esperada, tivemos algumas profundas decepções, o Romero Jucá foi uma delas, obviamente, mas elas em si não chegam a atrapalhar especificamente a ideia do investidor estrangeiro.”

Com os pés no chão, os investidores sabem que a corrupção no país não vai sumir apenas com a mudança do governo e que as questões políticas mais profundas não vão produzir importantes mudanças ou mudanças radicais. “O que o mercado quer realmente é que o governo tenha uma agenda econômica, que persiga um superávit primário, em verdade, é apenas isso que os grandes investidores querem do governo brasileiro. Observando dessa maneira, o mercado

# “IMPEACHMENT”, situação de excepcionalidade

EDUARDO K. M. CARRION\*

Tradicionalmente, num sistema presidencial de governo, não existe instrumento análogo à responsabilidade política do Chefe de Governo (1º Ministro) perante o Parlamento, própria de um sistema parlamentarista de governo, possibilitando eventualmente o seu afastamento pela aprovação de um voto de censura ou uma moção de desconfiança. Entretanto, para situações de excepcionalidade, prevê-se, num sistema presidencial de governo, a eventualidade de acusação por crime de responsabilidade, o denominado “impeachment”.

Não se presta, assim, o “impeachment” como instrumento para criticar, contestar ou censurar a ação governamental, sob a liderança do Presidente. Este, em princípio, possui mandato por tempo certo, no nosso caso por quatro anos. Somente em situações de excepcionalidade poderá ser afastado antes do término do mandato, ou seja, nas hipóteses de crime de responsabilidade. São irregularidades próprias ou decorrentes do exercício do mandato presidencial, diferenciando-se grosso modo de crime comum.

A Constituição de 1988, em seu Artigo 85, “caput”, explicita em nove incisos as hipóteses principais de crime de responsabilidade do Presidente da República. Por sua vez, a Lei 1079 de 1950, considerada recepcionada pela Constituição de 1988 e

complementada pela Lei 10.028 de 2000, regulamenta e desdobra a previsão constitucional.

O crime de responsabilidade possui uma natureza híbrida, jurídico-política. Por isso mesmo, a autorização para julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade é da alçada da Câmara dos Deputados, por maioria qualificada de dois terços dos seus membros (CF, Artigo 51, I). E o julgamento, da esfera do Senado Federal, igualmente por maioria qualificada de dois terços dos seus membros (CF, Artigo 52, I e Parágrafo único). Lembre-se que o Senado Federal, na sessão de julgamento por crime de responsabilidade, é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Cabe ao Senado Federal primeiro decidir, pelo voto da maioria simples, pela instauração ou não do processo,

---

**“Somente em situações de excepcionalidade poderá ser afastado antes do término do mandato, ou seja, nas hipóteses de crime de responsabilidade”**

---



momento em que, no caso de voto afirmativo, o Presidente fica suspenso de suas funções, passando a exercer provisoriamente a Presidência o Vice-Presidente (CF, Artigo 86, § 1º, II), fase essa já vencida no presente caso. Se o julgamento não se concluir no prazo de cento e oitenta dias, cessará o afastamento do Presidente, embora prosseguindo o processo (CF, Artigo 86, § 2º).

Se, ao fim e ao cabo, o Presidente vier a ser condenado por crime de responsabilidade não só perderá o cargo, como ficará inabilitado, por oito anos, para o exercício de função pública.

Em sua decisão de dezembro último, na ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 378/DF, o STF entendeu ainda que, entre a decisão pela instauração do processo e o julgamento por crime de responsabilidade, há, ainda, uma deliberação quanto à pronúncia, igualmente por maioria simples como quando da decisão pela instauração ou não do processo.

\* professor titular de Direito Constitucional da UFRGS e da FMP.



# EFD-Reinf é a mais nova modalidade do SPED

## RECEITA IRÁ MONITORAR IMÓVEIS EM TEMPO REAL

Um sistema nacional unificado de registro imobiliário vai permitir que a Receita Federal encontre e monitore de forma mais eficiente os bens de contribuintes que são alvo de processos judiciais de cobrança por parte do fisco. O Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter), que foi criado por meio do decreto 8.764 no começo do mês, estava sendo concebido desde 2009 e pode começar a operar em breve, conta a advogada Mariana Loureiro, do escritório Bicalho e Mollica Advogados. “O sistema permitirá que a Receita crie obstáculos para a transmissão de propriedade ou registro de garantia se ela sabe que aquele devedor está no limite”, aponta a especialista. Até então, ela conta que alguns procedimentos de cobrança fiscal poderiam demorar meses para ocorrer. Se antes, em alguns casos o fisco recebia informações somente no momento da transmissão do imóvel, agora as autoridades serão informadas em mais etapas do registro imobiliário, como por exemplo na ocasião de outorga de procuração pública, diz Mariana. No decreto, consta que os serviços de registro público disponibilizarão à administração pública federal, sem ônus, documentos digitais atualizados “a cada ato registral”. Em nota, a Receita Federal apontou inclusive que “será possível saber tempestivamente se o proprietário iniciar qualquer procedimento para desfazer-se de bens” dados em garantia pelas dívidas de imposto.

A Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (EFD-Reinf) é o mais recente módulo do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) - instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. A novidade está



sendo construída em complemento ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) e contempla todas as retenções do contribuinte sem relação com o trabalho, bem como as informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas. A nova escrituração substituirá as informações contidas em outras obrigações acessórias, tais como o módulo da EFD-Contribuições, que apura a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Além disso, abarca todas as retenções do contribuinte sem relação com o trabalho (PIS, Cofins, Imposto de Renda, CSLL, INSS). O coordenador Nacional do Sped e auditor-fiscal da Receita Federal, Clóvis Belbute Peres, ressalta que “as informações deverão chegar em um nível de detalhamento que não ocorria em nenhuma das exigências anteriores”. “Na Reinf, estou olhando a matéria tributária na essência. Isso gerou a necessidade de separação”, esclarece Peres. O tema foi um dos assuntos da 1ª edição do Conexão Sped, promovido pela empresa Decision IT em Porto Alegre. Durante o evento, o coordenador do Grupo de Trabalho do eSocial do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), José Alberto Maia, afirmou que a Reinf irá possibilitar à pasta o acesso a todas as informações dos trabalhadores. “O pagamento do salário é apenas mais um evento. Com a EFD-Reinf, vemos a oportunidade de obter registros mais qualificados”, sublinhou Maia.

## Setor contábil atendeu população

A campanha Escolha o Destino foi destaque em encontro promovido pelo Governo do Estado com as primeiras damas municipais, na Assembleia Legislativa. O talk show sobre o assunto reuniu os presidentes do SESCON-RS, Diogo Chamun, do CRC-RS, Antônio Palácios, e da Famurs, Luiz Carlos Folador. A mediação foi da Primeira Dama do Estado, Maria Helena Sartori. O evento também contou com a presença do Governador, José Ivo Sartori. Na ocasião, foram apresentados os números da campanha em 2016. A arrecadação mais que dobrou, em relação ao período anterior.

No atual período foi arrecadado mais de R\$ 30 milhões para fundos de apoio à criança e ao idoso. No exercício anterior, a cifra não chegou aos R\$ 14 milhões. Mas ainda há muito o que avançar. Segundo levantamento do Governo do Estado, o Rio Grande do Sul tem potencial para destinar cerca de R\$ 300 milhões para os fundos de amparo social. O contribuinte pessoa física pode doar até 6% e o pessoa jurídica (lucro real) até 1% do imposto devido. Mais informações no site [www.escolhaodestino.rs.gov.br](http://www.escolhaodestino.rs.gov.br).



PRESIDENTE DO SESCON-RS PARTICIPA DE EVENTO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

## Destino do IR a causas sociais

Sanar dúvidas sobre o preenchimento do Imposto de Renda também é missão de um sindicato patronal que está a serviço da sociedade. Foi com esse espírito que o SESCON-RS organizou a primeira edição do Declare Certo – Relaxe com o Imposto de Renda. Dirigentes do SESCON-RS estiveram à disposição do público para esclarecer os contribuintes. Além da orientação técnica, o sindicato patronal promoveu um circuito de saúde e recreação infantil aos participantes.

Para o Presidente do SESCON-RS, o Declare Certo atingiu seus objetivos. “Sanamos dúvidas pontuais dos contribuintes e aproveitamos para marcar as empresas contábeis como apoio técnico de grande importância para o perfeito preenchimento da declaração. Estamos usando a nossa expertise em prol da sociedade”, afirma Diogo Chamun. Para o ano que vem, a intenção é de ampliar a ação para cidades-polo do Rio Grande do Sul.



DECLARE CERTO ATENDEU O PÚBLICO NO PARQUE MOINHOS DE VENTO (PARCÃO)

# Dia do Profissional Contábil

No Vale do Taquari, destaque para o evento especial do Dia do Profissional Contábil, que foi representado pelo vice-presidente regional do SESCON-RS Jandir Dickel. O encontro da classe foi promovido pelo Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade do Vale do Taquari (Sincovat) e teve como ação principal as boas-vindas a nove novos contadores que receberam a Carteira de Identidade Profissional do CRCRS das mãos do presidente da entidade estadual, Antônio Carlos de Castro Palácios. Com o documento, os contadores e técnicos em contabilidade estão habilitados para o exercício da profissão. Além de Dickel, participou do ato o vice-presidente de registro do CRCRS, Ricardo Kerkhoff, acompanhado de delegados regionais.



## NA CÂMARA DOS VEREADORES

Já na Região Central, o vice-presidente do SESCON-RS, Leono Pacheco, usou a Tribuna Livre da Câmara de Vereadores de Santa Maria, para falar em nome da entidade das empresas contábeis e do Espaço Contábil Região Centro. Na ocasião, Pacheco abordou temas de interesse dos escritórios de contabilidade, como recadastramento municipal de Pessoas Jurídicas e dificuldade na liberação de alvará municipal, entre outros assuntos. O vice-presidente frisou, ainda, o excesso de burocracia por parte dos órgãos da Prefeitura Municipal.



## 2º SEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE

A cidade de São Leopoldo será sede, no dia 2 de setembro, do 2º Seminário Regional de Contabilidade e Gestão, com a participação de profissionais e das empresas contábeis da região do Vale dos Sinos, Sebastião do Caí e do Vale do Paranhana. A proposta do evento, segundo a Vice-presidente da região do Vale dos Sinos, Maria do Socorro, "é a qualificação dos profissionais e estudantes da área Contábil, dentro do projeto de Desenvolvimento Profissional e Educação Continuada, através dos diversos cursos e palestras".



# Alinhamento ao padrão mundial

**Estratégica, a apuração das demonstrações contábeis em consonância com o IFRS requer dos contadores atualização permanente. O Brasil aderiu às normas internacionais de contabilidade (em inglês, International Financial Reporting Standards, IFRS) em 2010, trazendo uma nova prática contábil para o país. Isso exige do segmento avaliação e divulgação de informações qualificadas, o que só é possível com a constante atualização dos profissionais da área.**

Essa alteração de processos mudou a lógica que norteia a elaboração das demonstrações contábeis, explica Sérgio Laurimar Fioravanti, instrutor do curso *IFRS - Como aplicar a única contabilidade aceita pela RFB - Parte 1*, ministrado aos associados do SESC-CON-RS. “Temos qualidade das informações do negócio e não tanto da apuração dos impostos”, diferencia.

Fioravanti salienta que o curso livre aborda três aspectos fundamentais do padrão IFRS, tratando da avaliação de ativos, capacidade de retorno dos investimentos e a importância dos intangíveis. “Os temas em si são todos de uma maneira geral significativos e importantes. Dentro desses quesitos, o que chama atenção é a questão financeira da parte contábil: é tratar ativos e passivos de uma organização ao valor justo. Esse tem sido um ponto bastante intenso nos nossos encontros”, frisa sobre o primeiro aspecto.

Há ainda o teste de recuperabilidade de ativos (impairment), “que é um conceito internacional que traz esse nível de responsabilidade aos gestores e contadores de provar que

os investimentos efetuados serão plenamente recuperados”, orienta. “O último ponto abordado são os ativos intangíveis, que nunca foi presente nas nossas demonstrações e agora passam a ter que ser registrados no balanço”, acrescenta. Sobre esse último ponto, o instrutor justifica que para os empresários, intangíveis (como mandar um funcionário fazer um curso no exterior) como investimento e pelos contadores como despesas. Com o IFRS isso muda e o entendimento passa a ser outro.

Atualmente, 32 pessoas participam do curso, conta o diretor do SESC-CON-RS Célio Levandovski. “É uma modalidade de capacitação mais extensa, de 80h (são 20 encontros de quatro horas)”, diz. “Atende a uma demanda dos associados do SESC-CON-RS em termos de evolução da contabilidade, em função das adequações das normas internacionais, que são editadas pelo comitê gestor e que vão sendo renovadas a cada ano. A contabilidade nunca fica parada, por isso é importante fazer a reciclagem com frequência”, acrescenta o dirigente.

Levandovski cita que a capacitação, hoje, é um curso livre, mas que já começa a dar contorno à intenção da entidade de criar uma pós-graduação na área, algo que ganhar mais robustez no próximo semestre. A formação conta, ainda, com aulas ministradas pelo mestre em Controladoria pela UFRGS Paulo Ricardo Pinto Alaniz.

A primeira parte do curso encerrou recentemente, concluindo a carga horária de 40h. Haverá, ainda, uma segunda etapa, com mais 40h,



CÉLIO LEVANDOVSKI

que ainda contempla a adesão de mais participantes.

O anúncio de que o Brasil adotaria o padrão IFRS foi feito em 2007 e a adequação do país aos pronunciamentos entrou em vigor em 2010. O período curto entre anúncio e aplicação das normas, não gerou tempo hábil suficiente para o ambiente acadêmico se adequasse. Isso sem falar nos profissionais formados antes desse período. Em constante evolução, as normas contábeis internacionais requerem atualização frequente dos profissionais, mas traz inúmeros benefícios para os profissionais da área, já que eleva a contabilidade a um novo patamar, alcançando uma importância estratégica maior para os empreendimentos.

# Exclusividade preservada

**Empreender é construir uma trajetória longa e sólida em busca da consolidação do empreendimento. E a marca é um dos ativos mais valiosos das empresas, por isso o registro é tão importante. Essa consagração está cristalizada na marca que a sua empresa propaga, desde seu nome até o símbolo que ela incorpora. O que a marca transmite aos seus clientes, ao mercado e ao público em geral é tudo aquilo que você batalhou para erguer, os valores culturais da organização, o empenho de uma equipe inteira.**

Agora, imagine perder justamente esse ativo de imenso valor. É um prejuízo que levará o empresário a construir novamente uma marca, passo a passo, até que ela passe a ter força no mercado de atuação. É um desafio a mais para o empreendedor brasileiro, já bastante pressionado pelo ambiente de negócios do País. Mas, infelizmente, é o que acaba ocorrendo aos que relegam o registro da marca.

“O empresário deve registrar a marca no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) para ga-

rantir a exclusividade do uso em seu ramo de atividade e para resguardar a reparação por eventuais prejuízos causados pelo uso desautorizado da marca registrada”, explica a especialista no assunto, Fernanda Rauter, consultora na Village Marcas e Patentes. “Sem o registro, o empresário pode até perder o direito de uso e ser notificado por um concorrente que tenha uma marca igual ou parecida já registrada.”

Há outras questões em jogo. “Em tempos de crise, é ainda mais importante não correr o risco de ter futuros prejuízos e perder os direitos sobre a sua marca. Além disso, apenas uma marca registrada pode gerar receita através do licenciamento, franquia ou venda”, frisa. Em um momento em que fusões e aquisições ganham destaque por conta do cenário econômico, o registro é o principal caminho para garantir uma avaliação de valor adequada da marca, passível de ser contabilizada e, se for o caso, utilizada como garantia bancária para empréstimos, financiamentos, operações internacionais, entre outros



**FERNANDA RAUTER**

procedimentos.

Da parte dos prejuízos, Fernanda elenca ainda que ao perder o direito de usar a marca o empresário terá custos com troca de fachada, de material publicitário, site, entre outras substituições necessárias. “Sabemos que este processo gera um transtorno gigantesco, além de se não explicado para os clientes o motivo desta troca, poderá deixar dúvidas no mercado.” Sem contar os riscos de uma ação judicial quando outra empresa registra a marca já existente.

“Normalmente quem está começando um negócio não coloca o registro de marca como prioridade, o que é um risco gravíssimo, pois todo investimento inicial com marketing e desenvolvimento poderá ser perdido se a marca já estiver sendo usada e registrada por outra empresa”, contextualiza.

## REGISTRO DA MARCA

A consultora Fernanda Rauter orienta que o processo completo de registro da marca demora em média três anos, mas após o protocolo de depósito da marca o titular já tem uma expectativa de registro. Confira o passo a passo:

1 - O primeiro passo (podemos di-

zer que é o mais importante) é a pesquisa de viabilidade de registro. Com ela, localizamos processos que possam ser colidentes com a marca pretendida.

2 - Após esse estudo, é realizado o depósito junto ao INPI e emitido um protocolo com data e hora. Após aproximadamente 45 dias do depó-

sito, ocorre a publicação do pedido, ou seja, a solicitação de registro se torna pública.

3 - Depois, vem o julgamento e concessão da marca. Após a concessão, o titular tem a marca por dez anos, podendo ser renovado a cada dez anos consecutivos.

# Uma Noite na Cidade dos Sonhos

LUÍS AUGUSTO FISCHER\*



Há cidades que carregam as marcas do tempo de modo visível. Uma são assim e parecem velhas, porque pararam no tempo, porque foram abandonadas, porque perderam a força vital de uma economia e uma sociedade atuantes. Outras são também assim mas, bem ao contrário, exalam vitalidade, porque combinam prédios, paisagens, urbanidades antigas com energia, com disposição para o novo, com abertura para o futuro.

O primeiro caso é triste que dói. Uma cidade parada no tempo dá pena, talvez porque funciona como um alarme – seus prédios abandonados, seu aspecto parado nos dizem, sem palavras, que o tempo passa para todo mundo, e que quem não se renova fica para trás.

De outro lado, qualquer brasileiro que visite capitais e outras grandes europeias conhece o segundo caso. Lisboa, Madrid, Roma, Paris, Londres, e mesmo cidades reconstruídas após o horror da Segunda Guerra Mundial, com Varsóvia e Berlim, dão de graça esse ar espesso da permanência, ao lado da brisa da novidade.

De certa forma, os museus encarnam essas duas possibilidades. Há alguns que, mesmo contando com acervo relevante, envelheceram e permanecem parados no tempo; o testemunho que conseguem dar é melancólico, por vezes tétrico – parecem colocar em exposição objetos não apenas antigos, mas de fato velhos, envelhecidos, ultrapassados, parados no tempo.

Mas isso não é uma fatalidade, porque alguns museus, com acervo de velharias milenares, são joviais. Têm uma concepção viva e ativa do passado, e por isso recolocam em circulação aqueles testemunhos do já vivido como motores do presente e do futuro: ali se vê que naquela época a tecnologia era a melhor possível, no contexto, e isso nos alerta para nossa própria época.

Um grande escritor, Italo Calvino, italiano (mas nascido em Cuba), viveu muito tempo em Paris, e sobre a capital francesa escreveu um lindo ensaio, Um eremita em Paris. Ali se lê um comentário, entre tantos, que ajuda a entender nosso fascínio pela cidade. Disse ele que, além dos grandes museus que aquela capital mantém, alguns dos maiores e mais significativos de todo o planeta, há também outra impressionante força na cidade – é como se o visitante entrasse e saísse dos vários museus

---

**“Centenas, alguns milhares de pessoas estiveram em oito museus de Porto Alegre, mas também andaram nas ruas entre eles. Quando foi o caso, comeram até algodão doce.”**

---

sem jamais sair de dentro da história: há uma espécie de continuidade entre os prédios que abrigam obras de arte e objetos antigos e raros, de um lado, e as ruas, os prédios, o arruamento, o modo como Paris foi se arranjando com o passar do tempo.

Paris soube conciliar, a duríssimas penas e enfrentando momentos de impressionante fúria – social e política, mas também urbanística –, o antigo e novo, em suma.

Isso tudo me veio à mente no maio passado, no sábado dia 21, na Noite dos Museus. Centenas, alguns milhares de pessoas estiveram em oito museus de Porto Alegre, mas também andaram nas ruas entre eles. Quando foi o caso, comeram até algodão doce. Estava um friozinho ameno, e pudemos experimentar essa linda continuidade entre a cidade e o passado, como se pudéssemos de fato encarnar essa entidade fluida chamada “cidadãos”, sem maior preocupação que a de simplesmente ser.

Utopia demais?

\* escritor, ensaísta e professor de Literatura Brasileira na UFRGS.

# QUER CRESCER?

# VEM PRA CÁ.

## Cursos Superiores

- Bacharelado em Administração
- Bacharelado em Ciências Contábeis
- Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Comércio Exterior
- Design de Moda
- Gestão Comercial **NOVO**
- Gestão de Recursos Humanos
- Gestão Financeira
- Logística
- Hotelaria
- Marketing
- Processos Gerenciais **NOVO**
- Produção Multimídia
- Redes de Computadores
- Sistemas para Internet

# Vestibular senac

Até **20%** de desconto para  
comerciários

Inscrições:  
[senacrs.com.br/vestibular](http://senacrs.com.br/vestibular)

Mensalidades  
a partir de R\$ 303,45\*

Faculdade Senac Porto Alegre  
Rua Coronel Genuino, 130 e 358  
Fone: (51) 3022.1044

Fecomércio RS

senac 70  
anos

21 e 22 | NOV | 2016

PLAZA SÃO RAFAEL

PORTO ALEGRE | RS

AGENDE-SE!



Encontro  
Gaúcho  
Das Empresas  
De Serviços  
Contábeis

■ REALIZAÇÃO:

 **SESCONRS**